

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Orlandi, Eni P.

Língua e conhecimento lingüístico : para uma história das idéias  
no Brasil / Eni P. Orlandi - São Paulo : Cortez, 2002.

Bibliografia

ISBN 85-249-0877-7

1. Linguagem e línguas. 2. Linguagem e línguas - Aspectos  
políticos. 3. Pesquisa lingüística. 4. Português - História. I. Título.

02-3185

CDD-410.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Idéias lingüísticas 410.981

Eni P. Orlandi

# LÍNGUA E CONHECIMENTO LINGÜÍSTICO

Para uma História das Idéias no Brasil

 **CORTEZ  
EDITORA**

## Capítulo 1

### A Língua Brasileira\*

Os objetos simbólicos que estão envolvidos na formação de um país são de muitas e variadas naturezas. E é da produção desses objetos e da relação estabelecida pelos sujeitos com essa produção que resultam tanto os sentidos atribuídos ao país como os que dão sentido a esses sujeitos enquanto se definem como súditos, servos ou cidadãos, ou seja, enquanto eles se definem em relação à formação de "seu" país, nas formas que a política das relações sociais significar em sua história.

Como sabemos, na perspectiva discursiva, o sujeito, ao significar, se significa. Desse modo é que podemos dizer que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo.

Da mesma maneira é que vemos na construção da língua nacional um paralelo dessa relação, de tal modo que podemos dizer que na construção do imaginário social a história da constituição da língua nacional está estruturalmente ligada à constituição da forma histórica do sujeito sociopolítico, que se define assim na relação com a formação do país, da nação, do Estado.

Há diferentes processos discursivos que (se) estabelecem (nas) diferentes concepções de sociedade. São momentos expressivos desse estabelecimento, na formação do Brasil, o período colonial, o século XVIII (e a legislação sobre a escravidão, a jurisdição sobre a língua, etc.), o Iluminismo (em Portugal e no Brasil), o naturalismo e o pensamento político liberal positivista do século XIX, entre outros.

Este nosso estudo procura mostrar processos de significação que produzem sentidos para a língua nacional no contexto de culturas postas em relação — a européia e a ameríndia — na construção do país-Brasil.

Nem é preciso afirmar a importância, nesses casos, da construção imaginária da unidade e da homogeneidade como pré-requisitos básicos para se ter uma identidade em um país específico, com suas formas específicas de governo e com uma língua (nacional).

Como veremos ao longo dos trabalhos aqui apresentados, ao contarmos a história da língua e do conhecimento lingüístico, estamos contribuindo para a compreensão da história mais geral de construção de nosso país, de nossa sociedade e do Estado que se vai constituindo.

#### Língua imaginária e língua fluida

Em 1984, a partir da noção de "índio imaginário" (G. Thérien, UQAM, Canadá)<sup>1</sup>, e do contato mais efetivo que tive com as culturas indígenas brasileiras, propus a distinção entre língua imaginária e língua fluida<sup>2</sup>.

A língua imaginária é a que os analistas fixam com suas sistematizações e a língua fluida é a que não se deixa imobilizar nas redes de sistemas e fórmulas. Teoricamente, esta distinção tinha apoio naquela feita por Pêcheux e Gadet (1983) como "o corpo pleno da linguagem" e "os processos de construção das gramáticas". Na prática histórica, aí eu incluía o "tupi jesuítico" (Orlandi, 1987 e Orlandi e Souza, 1988). No trabalho de 1987 ("A dança das Gramáticas"), eu já incluía como objeto de reflexão no domínio da noção de língua imaginária a construção da língua nacional, em nosso caso, o português *standard*.

Considerar o contato histórico e cultural entre as línguas, coloca necessariamente em jogo, para mim, a relação entre estas duas noções: a de língua fluida e a imaginária.

#### Heterogeneidade lingüística

J. Authier (1987) estabelece o conceito de heterogeneidade enunciativa para descrever o fato de linguagem que consiste em que todo dizer tem necessariamente em si a presença do Outro. Aproveitamos o impulso desse conceito, embora ele ganhe em nosso uso ou-

tras determinações, para falar em heterogeneidade lingüística<sup>3</sup> toda vez que, no campo dos países colonizados, temos línguas como o português, ou o espanhol, na América Latina, que funcionam em uma identidade que chamaria de dupla. Expliquemo-nos.

A definição de formação discursiva (Pêcheux, 1975; Courtine, 1982) faz com que possamos afirmar dos discursos em geral que se fala a mesma língua, mas se fala diferente. É assim que palavras como democracia significam "x" para um partido e "y" para outro. Estabelecendo um paralelo com esse jogo que define as formações discursivas, podemos afirmar o mesmo, agora pensando línguas que são consideradas as mesmas, porém que se marcam por se historicizarem de maneiras totalmente distintas em suas relações com a história de formação dos países. É o caso do português do Brasil e o de Portugal. Falamos a "mesma" língua, mas falamos diferente.

Ao lado da heterogeneidade de que fala J. Authier (*idem*), colocando em causa a relação entre o outro e o Outro, e da diferença de que falam Courtine e Pêcheux em que intervêm diferentes formações discursivas na mesma língua, propomos distinguir outro aspecto da heterogeneidade e da diferença. Consideramos, pois, a heterogeneidade lingüística no sentido de que joga em "nossa" língua um fundo falso, em que o "mesmo" abriga no entanto um "outro", um "diferente" histórico que o constitui ainda que na aparência do "mesmo": o português-brasileiro e o português-português se recobrem como se fossem a mesma língua, no entanto não são. Produzem discursos distintos. Significam diferentemente. Discursivamente é possível vislumbrar esse jogo de prestidigitação pelo qual no mesmo lugar há uma presença dupla, de pelo menos dois discursos distintos, efeitos de uma clivagem de duas histórias na relação com a língua portuguesa: a de Portugal e a do Brasil. Nós, brasileiros, ao falarmos o português estamos sempre nesse ponto de disjunção obrigada. A nossa língua significa em uma filiação de memória heterogênea. Essas línguas se filiam a interdiscursividades distintas como se fôssem uma só. Esse efeito de homogeneidade é o efeito da história da colonização.

São muitas as consequências desse fato. Uma delas, evocada por S. Gallo (1991) se refere à relação escrita-oralidade no Brasil, já que a relação do português de Portugal com a escrita (o latim, inicialmente, e depois o romance português) é determinada historicamente de forma totalmente diversa da do português do Brasil (latim escrito, língua Geral e português escrito). A língua geral, como sabemos, embora falada em todo o território nacional nos séculos XVII e XVIII, não se

legítima pela escrita. Este fato, não visível na história gramatical, produzirá no entanto efeitos importantes na escolarização em suas propostas de ensino de escrita (e de "fracasso" escolar): há uma oralidade que não se legitimará e que resiste à escolaridade. Nessa concepção de heterogeneidade lingüística, por mim proposta, este seria um de seus efeitos. A compreensão desse efeito apela a razões históricas que fazem entrar em questão a materialidade mesma da língua.

Essa heterogeneidade é tanto mais importante quanto sua ação é menos detectável, já que os processos históricos não são diretamente visíveis na língua. É assim que funcionam os objetos simbólicos em sua historicidade. No caso do português, podemos dizer, então, que são distintos sistemas simbólicos (o do Brasil e o de Portugal) com distintas histórias (lingüísticas), mas aparentando a mesma materialidade empírica. Daí os equívocos. A observância da (mesma) materialidade empírica não deixa ver (desconhece) a distinta materialidade histórica.

Na perspectiva discursiva, propomos definir a língua pela sua forma material e não, como o fazemos na lingüística, como forma abstrata<sup>4</sup>; e é pela reflexão sobre a forma material (lingüística e histórica) do português brasileiro que podemos melhor apreender as diferenças que procuramos explicitar.

Estas formas de presença da alteridade nos levam a considerar que o modo de existência das relações de confronto entre culturas, e entre línguas, não se apresentam apenas como disputa, mas também como indistinção, ou seja, nem sempre se pode estar certo de qual porção nós cabe nos diferentes processos de significação identitária. Em outras palavras: a identidade não é idêntica a si mesma, não é sempre discernível em sua especificidade<sup>5</sup>. Depende da história de sua constituição. E isto nos leva à questão mais interessante para esta nossa reflexão: a do funcionamento da memória na constituição da identidade das línguas.

### Memória e polissemia

Um fato que analisei (1992a) como discurso fundador da brasilidade compreendia o enunciado "Em se plantando tudo dá", formulado por Pero Vaz de Caminha. Ao verificar sua ocorrência no texto original (fac-similar: "em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo"), surpreendi-me com a forma que lá encontrei e que se distanciava bastante desta que repetimos em nossa me-

mória escolar. O que me levou a concluir que não é o enunciado em sua forma empírica que fica na memória, mas a sua imagem enunciativa, ou seja, sua forma histórica. Isto por si já nos indica que em se tratando do simbólico a memória não tem de ser fiel, nem caminha em linha reta. A relação é indireta e permeada por fatores histórico-contextuais, ou seja, deriva das condições de produção do enunciado, das relações de sentido e de forças que o caracterizam, em formações imaginárias. São espaços de memória descontínuos. Constituem-se em trajetos das redes de filiação histórica que enformam (dão forma) as interpretações. São parte do nosso imaginário social de ser brasileiro. Compõem as coisas a saber, no funcionamento histórico do simbólico: o que delimita o dizível, o significável, na relação com o interdiscurso (memória do dizer).

À indistinção possível se agrega então esta outra característica da memória, seu caráter indireto (interpretativo), que trabalha não com o empírico, porém com imagens enunciativas. Estas imagens atestam, por sua vez, o caráter descontínuo da memória simbólica.

O que funciona, pois, em nossa memória lingüística, na identidade nacional, são as imagens construídas para nossa relação com a língua portuguesa, nossa "versão" brasileira dessa relação.

A estes fatos vem se juntar outro: o que diz respeito à incompletude e à polissemia. Descontínua e também incompleta, a memória não tem caráter fechado e acabado, mas disperso e polissêmico.

Para compreender como se constitui a polissemia discursivamente, vamos recorrer a um universo simbólico distinto do verbal, isto é, ao que caracteriza o estético.

Uma coisa é você ter um sentido a produzir e, pela arte, "figurá-lo". Este é um sentido da arte. Nesse caso, um sentido reclama figuração. Isto é o estético. Outra coisa é você ter o belo reclamando "um" sentido. Aqui a figura reclama sentido. Isto é o histórico.

Podemos então ter aí diferentes sentidos de beleza: a) a beleza que configura a obra de arte. E aí a beleza é "universal", singular; que define a arte. Por exemplo, a definição de uma pintura como a Mona Lisa enquanto obra de arte. E, por outro lado, podemos ter: b) alguém que goste mais (aprecie, prefira) um quadro de Renoir à Mona Lisa. E aí a beleza é transitiva, particular, sem negar no entanto o sentido de beleza "universal" do estético.

Isso se dá porque o mesmo objeto é afetado por dois (e pode haver mais) movimentos de sentido. Isto é a polissemia: é a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico.

Na polissemia o que há é composição (com + posição) de sentidos. E a memória sustenta esta composição. A memória é, por princípio, polissêmica.

Esta concepção de movimento de sentidos, de polissemia como composição, pode dar conta das diferenças entre linhas que chamaríamos de ideológicas na aferição dos distintos valores dos objetos simbólicos. Daí se distinguem por exemplo as tendências formalistas das sociologistas, ou as que distinguem o concretismo, o realismo etc. Elas funcionam no interior da distinção entre forma e conteúdo e praticam uma concepção conteudística de polissemia. Desse modo, elidem o movimento de sentidos e se fixam em conteúdos, que já são efeitos de historicidade. Em nossa perspectiva não separamos forma/contéudo. Trabalhamos a materialidade do objeto simbólico. E a definição de polissemia que enunciamos é desta natureza, ou seja, é uma definição discursiva, não conteudística.

Estes comentários, no entanto, só nos servem como metáfora para podermos situar a questão da polissemia em relação a nosso objeto de reflexão, ou seja, a língua brasileira.

Se pensarmos esta questão sob o modo não conteudístico, mas discursivo, podemos compreender algo bastante relevante do ponto de vista da nossa identidade lingüística.

Quando, mais acima, nos referimos ao funcionamento do português-brasileiro sob o modo da disjunção obrigada, falávamos da indistinção, mas falávamos também da polissemia, tal como acabamos de concebê-la. Há uma composição de sentidos em nossa memória lingüística, se pensamos a relação de colonização, que funcionam simultaneamente, em movimentos simbólicos distintos, quando falamos a língua brasileira. Isto não significa que para distinguirmos nossas línguas devamos medir empiricamente os sentidos em suas diferenças. Isto significa que há uma marca de distinção na materialidade histórica desses sistemas simbólicos que carrega o português-brasileiro dos efeitos dessa composição de sentidos. Isto quer dizer que o brasileiro significa diferentemente do português ao significar em português. Eis a duplicidade constitutiva, a heterogeneidade, a polissemia na própria base do exercício da língua: o português e o brasileiro não têm o mesmo sentido. São línguas materialmente diferentes. E esta diferença trabalha em sua invisibilidade. O que atesta a diferença visível são "acidentes" (sotaque, rodeios sintáticos) empíricos, ultrapassáveis do ponto de vista da identidade lingüística (língua imaginária). No entanto, o que as distingue profundamente (língua

fluida) são propriedades inscritas na diferença de constituição de seus distintos processos de significação inscritos em sua materialidade lingüístico-histórica. Aí o que não é atestado pela observação empírica vale, contudo, como traço de identidade<sup>6</sup>. A relação de colonização é um "acontecimento discursivo" (cf. J. Guilhaumou, 1989) assim como também o é a proclamação da Independência<sup>7</sup>. Partindo da idéia de acontecimento discursivo, mas pensando a nossa questão de língua tal como se coloca no Brasil, por *acontecimento lingüístico* entendo que a relação de colonização produz uma clivagem — disjunção obrigada — que afeta a materialidade da língua brasileira. Marca de nasença que é trabalhada de muitas e variadas maneiras ao longo de sua história.

Essa história da identidade da língua nacional se alongará assim por meio de acontecimentos múltiplos, como acordos, fundação de academias, regulamentos escolares e outros. É esta história que começamos a querer conhecer. E este capítulo é apenas um passo muito pequeno em direção a esta forma de conhecimento que é igualmente uma tomada de posição em relação à história do conhecimento acerca da língua e da constituição da língua nacional no Brasil.

#### Algumas conseqüências fundamentais

Há conseqüências teóricas e práticas que decorrem desta perspectiva — discursiva — de pensar a língua em sua história e seu funcionamento. Gostaríamos de destacar duas delas: uma do domínio teórico e outra do domínio que chamamos prático.

Em termos teóricos não é pequena a contribuição de tal perspectiva quando pensamos que a própria maneira de encarar a constituição da língua nacional, de concebê-la em sua historicidade, produz uma maneira de nos inscrevermos, com nossos métodos, em um domínio específico da história das ciências. E ao tomarmos um lugar determinado nessa história, estamos produzindo uma forma de conhecimento sobre a língua que constitui, por si, um modo de relação com a linguagem e uma posição teórica definida: a que vê a produção dos objetos simbólicos em movimento, como parte de uma história em que sujeitos e sentidos se constroem. Não se está aí, pois, no domínio de uma epistemologia positivista mas histórica, isto é, na qual não há separação e hierarquia entre sujeito-objeto, dado-constructo, interior-exterior, abstrato-concreto, e na qual a história não é evolução e continuidade, mas deslocamento e funcionamento.

No domínio prático, resta a observação de que na relação de ensino-aprendizagem na escola muito se tem falado do fracasso no ensino da língua (seja gramática, interpretação, ou escrita) que se reconhece pela constatação de que há conhecimentos que não são consistentes, não duram: o aluno aprende na hora e logo depois "esquece". Na realidade, o que se passa é que não houve aprendizagem, porque falta a inscrição do sujeito no processo histórico. Ou seja, aquilo que não faz sentido na história do sujeito ou na história da língua para o sujeito não "cola", não "adere". Mais especificamente, como se contraria (ao invés de se inscrever) a relação do sujeito — a sua filiação histórica à memória do objeto simbólico em que ele se constitui —, aquilo não faz sentido para ele, não faz sentido em sua história. Logo, está fora de seu discurso. E, aqui, fora não significa no exterior, mas excluído, apagado, silenciado.

Não levar em conta, por exemplo, que temos duas formas de oralidade derivadas de duas histórias diferentes faz com que se queira fazer o aluno passar, com violência, de uma oralidade que faz parte da história de sua língua para uma escrita que tem uma oralidade que corresponde a "outra" história. Isto é impossível. E o resultado não é fracasso, mas inconsistência histórica, resistência ao que não faz sentido. Por outro lado, observar esses aspectos históricos pode não só fazer compreender melhor essas passagens, se elas são necessárias, como também nos ensinar como operar com elas.

Desconhecer — como em geral desconhecemos — a existência de um momento de nossa história em que a língua falada no país era a "língua geral" e inicialmente que a língua escrita foi o latim e depois o português, não tendo a "língua geral" merecido a legitimação de sua escrita (houve mesmo a interdição pelo Marquês de Pombal), faz com que não tenhamos em conta esse fato fundamental da cultura brasileira que é sua relação com uma tradição oral "outra". Forte traço de nossa história cultural esse da tradição oral, que mostra porque os brasileiros têm — diferentemente dos europeus — uma relação frôxa com a escrita e um apego forte à oralidade. Na comunicação administrativa, por exemplo, as pessoas lêem os papéis mas "acreditam" mais no que lhes é dito oralmente, confirmado verbalmente. E daí por diante. Esse traço histórico tem certamente seu peso na passagem que o aluno deve fazer, na escola, da oralidade para a escrita. No entanto, o imediatismo das relações escolares, o peso da ideologia colonizadora européia (que "naturaliza" a relação com a escrita) e o apagamento dos percursos históricos produzidos pela redução do ensino da língua à dominância da perspectiva gramatical conduzem preferente-

mente não a uma passagem, mas a um impasse na relação do aprendiz com a escrita. Daí em grande parte a resistência que é chamada de "fracasso" escolar. Essas considerações de ordem pedagógica são apenas um esboço rápido de implicações da questão histórico-discursiva que se apresenta na própria concepção da língua nacional<sup>8</sup>. Há implicações de diferentes ordens e natureza, todas igualmente dignas de reflexão.

Não há, pois, como desconhecer a história do sujeito e da língua na produção do conhecimento do sujeito sobre a língua.

Se a questão da oralidade — embora tenhamos, com o movimento de gramatização no século XIX, legitimado nossa escrita e nossa escritura — permanece em um imaginário mal resolvido, produzindo efeitos sobre a imagem que temos da escrita em nossa sociedade, também a questão da legitimação do português deste lado do Atlântico tem sua história (E. Orlandi, 1998). Inicialmente, com a presença dos portugueses no Brasil, temos um investimento na relação palavra/coisa, sendo que a questão incide sobre o referente: na presença de um nome, estamos diante da mesma coisa (a do Brasil e a de Portugal)? Os enunciados aparecem sempre marcados do ponto de vista da deixis (*aqui, no Brasil, nesta terra* etc.). A partir de sua memória, o colonizador português reconhece as coisas, os seres, os acontecimentos e os nomeia. Mas ele o faz *transportando* elementos de sua memória lingüística. Temos aí o que tenho designado "situação enunciativa I". Como estamos no Brasil, este deslocamento (transporte) força contornos enunciativos diferenciados. Essa diferença se torna cada vez mais uma diferença de línguas (relação palavra/palavra) e não da palavra com a coisa. Daí resulta todo um trabalho, sobre a língua, de classificação, de organização (listas de palavras), de definições em dicionários. O português assim transportado acaba por estabelecer em seu próprio sítio de enunciação outra relação palavra/coisa, cuja ambivalência pode ser lida nas remissões: *no Brasil/em Portugal*. Tem início então a produção de um espaço de interpretação com deslizamentos, efeitos metafóricos que historicizam a língua. Produzem-se *transferências*, deslocamentos da memória, pois estamos diante de materialidades discursivas que produzem efeitos de sentidos diferentes. Configura-se assim uma nova situação enunciativa, à qual chamo "situação enunciativa II". De novo, em um movimento de saber paralelo ao anterior, a construção discursiva do referente cede lugar à distinção, à classificação. A língua praticada nesse outro regime enunciativo realiza, agora deste lado do Atlântico, a relação unidade/variedade: a unidade aqui não mais refere o português do Brasil

ao de Portugal mas à sua unidade e às variedades existentes no Brasil. Essa unidade do português do Brasil referido a seu funcionamento historicamente determinado é marca de sua singularidade. Há um giro no regime de universalidade da língua portuguesa que passa a ter sua própria referência no Brasil. Nessas condições, a variação não tem como referência Portugal, porém a diversidade concreta produzida nesse território que é o Brasil, na convivência de povos de línguas diferentes (línguas indígenas, africanas etc.) daqui.

O português do Brasil não é apenas uma contextualização (um efeito pragmático diferente) do português de Portugal; é uma historicização singular, efeito da instauração de um espaço-tempo particular diferente do de Portugal (cf. S. Auroux "espaço de comunicação", 1999).

A desterritorialização do português de Portugal desloca sua validade inicial e o destitui de sua posição dominante de vocação totalizante (no imaginário da colonização). Por sua historicização em outro território, o Brasil, o processo de constituição da língua portuguesa se remete não a um modelo estático exterior a seu campo de validade, mas à sua prática real em um novo espaço-tempo de práticas discursivas. A gramatização em um país colonizado trabalha segundo um duplo eixo: o da universalização e o do deslocamento. Pela sua gramatização, o português do Brasil elabora, instala mesmo, seu direito à universalização, garantindo a unidade (imaginária) constitutiva de qualquer identidade. Paralelamente, tem seus usos variados. Uma vez conquistado seu direito à unidade, imediatamente recomeça a reconhecer suas variedades: relação com as línguas indígenas, africanas etc., que lhe dão identidade para dentro e para fora — para dentro, distingue-se o português *standard* dos tupinismos, africanismos, populismos; para fora, distingue-se, pelo mesmo traço, os brasileirismos, em relação ao português de Portugal. Ambivalência que mostra, como dissemos, o giro pelo qual transferimos para o Brasil a referência da universalidade da língua portuguesa. Esse reconhecimento é parte da própria constituição da unidade do português brasileiro, portanto da nossa unidade nacional<sup>9</sup>. Vale lembrar que a unidade lingüística brasileira é construída com base em uma língua ocidental instrumentada (com dicionário e gramática, basicamente) e provida de uma escrita tendo uma filiação (o latim) que a legitima em sua relação com as outras línguas ocidentais<sup>10</sup>. Não falamos o português de Portugal, mas totalmente diferente seria nosso destino se fosse a língua Geral nossa língua oficial. Mas isso já é outra história.

### Notas do capítulo

- \* A primeira versão deste texto foi apresentada em uma reunião da ABRALIN, em São Paulo, 1994. Depois foi publicado na revista Estudos em Linguística Aplicada (Unicamp) e recebeu várias traduções: em francês, inglês e alemão.
1. Bem mais recentemente tomei conhecimento, no México, da publicação de um livro sobre a questão do confronto de culturas de B. Batalla, cujo título é *México profundo*. Ele distingue, nesse caso, o país imaginário do país profundo, mostrando como a própria noção de índio é uma noção imaginária produzida pela necessidade europeia na relação com as descobertas.
  2. Colóquio das Quintas-Feiras apresentado no Depto. de Linguística do IEL, 1985. A minha ida ao campo de pesquisa indígena se deu, naquela época, com os xerentes (acompanhada da antropóloga Aracy Lopes da Silva) e, depois, com os assurinís (em companhia da antropóloga Regina Müller). Mais recentemente estive entre os walápis, a convite de Maria Elisa Ladeira.
  3. O deslocamento que proponho repousa no fato de que Authier fala da enunciação e eu, da própria língua. Em outras palavras, de sua constituição histórica. Daí resulta a noção de heterogeneidade lingüística (e não enunciativa, como em Authier). Há, nesse caso, trabalho da língua sobre a língua (que não é metalíngua, mas disjunção histórica).
  4. É preciso lembrar que a distinção entre forma abstrata e forma material acentua a importância de se levar em conta a relação estabelecida na análise de discurso entre língua e história. Pela forma material, podemos trabalhar a inscrição do histórico na língua, o investimento de sentido na sintaxe (gramática), de forma a seguir o princípio segundo o qual a materialidade da ideologia é o discurso, e a materialidade específica do discurso é a língua. Estabelecemos, assim, a relação entre forma-sujeito e forma do sentido, pela noção de materialidade (lingüístico-histórica) discursiva.
  5. Vale aqui lembrar a anedota que se conta do motorista de táxi português que levava em seu carro, em Lisboa, dois turistas brasileiros que conversavam animadamente. Em certo momento, o motorista português voltou-se para os dois brasileiros e disparou: "Mas que raios de língua estão a falar que eu compreendo tudo?". O mesmo e o diferente, a familiaridade e o estranhamento aí jogam o jogo da indistinção na história e na memória.
  6. Trabalhos que falam da sintaxe também mostram essa diferença no português do Brasil, quanto a sua forma abstrata, como os realizados por Eunice Pontes, Fernando Tarallo, Ch. Galves, entre outros.
  7. Para D. Maldidier e J. Guilhaumou (1986), a noção de acontecimento discursivo é que dá lugar específico à enunciação na análise de discurso, fazendo intervir a questão do sujeito e da história. Segundo esses autores "o sujeito se constrói em uma dispersão de enunciados da qual ele mesmo é o elemento unificador, sem, entretanto, introduzir a homogeneidade no interior da heterogeneidade. O sujeito se instala assim nos dispositivos de arquivo e intervém no exato momento em que algo é enunciado, relatado, categorizado, conceituado". Aí é que a noção de situação de enunciação cede lugar à noção de acontecimento, operando-



se um duplo deslocamento: as marcas enunciativas vão depender de um processo singular de construção do sujeito da enunciação; e, em perspectiva histórica, toda interpretação de um lugar enunciativo necessita levar em conta a consciência lingüística da época considerada e a forma como a questão da enunciação é apresentada nesse período. Estou introduzindo a noção de acontecimento lingüístico para nomear especialmente, em um caso como o da colonização, essa relação do lugar enunciativo e a língua (nacional). Nessa direção de pensar a língua na compreensão da história, coordenei, em 1991, um Colóquio na Universidade de Paris VII, cujo tema foi "A cidadania no Brasil e na França", tendo como interlocutores historiadores. Os textos apresentados e que tratam da história da língua e suas rupturas com o português de Portugal no século XIX são parte de uma coletânea organizada como atas do colóquio, publicada no Brasil pela editora Pontes, em 1993, *Língua e Cidadania: o Português no Brasil*, organizada por mim e por Eduardo Guimarães.

8. Neste livro os vários aspectos dessa implicação serão trabalhados em diferentes capítulos.
9. Uma língua, diz Meillet (1905), tão una quanto a que está suposta pelas concordâncias observadas entre as línguas atestadas só pode ser concebida se existiu, durante certo período de tempo, uma nação que apresentava unidade. Porque "é preciso para criar uma unidade lingüística, uma nação que sinta sua unidade" (idem). Essa nossa unidade lingüística, aliás, mostra a existência (a unidade) da nação brasileira, mesmo sob a colonização, e antes que houvesse aqui um Estado independente.
10. Chamo a atenção para o fato de que, em vários momentos de nossa história política cogitou-se nomear a língua que falamos: portuguesa? brasileira? portuguesa-brasileira? portuguesa do Brasil? O que exploro neste capítulo é o fato de que na construção nacional do nome da língua é que se impõe chamá-la brasileira. Porque desde que se tem um país, uma nação, um Estado com sua língua nacional, há uma demanda para nomeá-la. Em nosso caso, uma vez que há uma homogeneidade imaginária produzida pela colonização, o reconhecimento disso que estou chamando heterogeneidade lingüística indica a direção de nomeá-la brasileira.

## Capítulo 2

### O teatro da identidade: a paródia como traço de mistura lingüística (italiano/português)

Português macarrônico: são duas línguas no mesmo (?) sujeito. A convivência dessa ambivalência simbólica é o assunto dessa reflexão.

Mas vamos começar pelo fato de que o texto central de nossa análise é uma paródia: *Migna Terra*.

Em grego, *paródia* quer dizer "canto ao lado de outro". A questão está em compreender o que significa "ao lado de outro".

No caso presente, como se trata de trabalhar a relação língua-nação, é nesse contexto teórico que situamos a compreensão da expressão "ao lado de outro". Trata-se de apreender os efeitos de sentidos da paródia na constituição do jogo identitário que refere o sujeito à língua nacional. Nesse caso específico, o sujeito é o brasileiro afetado em sua identidade pela imigração italiana que, no fim do século XIX e começo do século XX, constitui o contingente mais decisivo na formação da população de São Paulo, no caso que estamos observando.

O corpus de nossa análise é constituído pela paródia *Migna Terra* (1924), de Juó Bananêre (codinome de Alexandre Marcondes Machado), referida a seu "original" *Canção do Exílio*, de Gonçalves Dias (1850), tendo ainda como contraponto para reflexão outra paródia *Canto do Regresso à Pátria*, de Oswald de Andrade (1924).